

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital LACAN

CNPJ nº 61.699.567/0073-67

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - HOSPITAL LACAN**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2023. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da S.P.D.M.



Demonstrações Contábeis - Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais					
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
Ativo Circulante	14.940.489,21	9.664.353,55	Passivo Circulante	14.940.489,21	9.664.353,55
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	24.186,88	2.395,67	Fornecedores (nota 3.8)	437.644,34	315.490,92
Bancos e conta movimento	142,24	2.395,67	Serviços de Terceiros		
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	24.044,64	0,00	Pessoa Jurídica (nota 3.9)	652.639,02	440.600,26
Contas a Receber (nota 3.3)	14.747.376,00	9.366.980,74	Serviços de Terceiros Pessoa Física (nota 3.9)	3.888,52	1.950,00
Secretaria de Saúde do Estado (nota 3.3.1)	6.095.840,00	4.291.471,20	Salários a pagar (nota 3.10)	511.904,52	483.860,67
Valores em Negociação			Contribuições a recolher (nota 3.11)	138.873,84	125.173,68
Contrato Convênio (Nota 3.3.2)	8.651.536,00	5.075.509,54	Provisão de férias (nota 3.12)	828.482,88	848.406,27
Outros Créditos (nota 3.4)	25.267,28	101.303,99	Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.12)	66.251,04	67.832,53
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	0,00	15.921,11	Impostos a recolher (nota 3.13)	130.353,94	107.546,13
Antecipações salariais	24.560,19	6.055,82	Obrigações Tributárias (nota 3.14)	20.673,79	20.816,01
Antecipação de férias	707,09	79.327,06	Outras contas a pagar (nota 3.15)	5.855.879,15	5.066.115,90
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.5)	5.398,28	4.045,32	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.16)	6.293.898,17	2.186.553,46
Prêmios de seguros e outros a vencer	5.398,28	4.045,32	Empréstimos Materiais a Terceiros	0,00	7,72
Estoques (nota 3.6)	138.260,77	189.627,83	Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Materiais utilizados no setor de nutrição	65.866,62	71.929,31	Total do Passivo	14.940.489,21	9.664.353,55
Materiais utilizados no setor de farmácia	43.080,31	84.869,36	Patrimônio Líquido (nota 5)	102.457,69	152.246,44
Materiais de almoxarifado	29.112,24	32.734,47	Resultado no período - Superávit/Déficit	24.223,82	25.564,94
Empréstimos de Materiais	201,60	94,69	Superávit/Déficit Exercícios Anteriores	126.681,51	177.811,38
Ativo Não Circulante	102.457,69	126.681,51			
Ativo Imobilizado - Bens Próprios (nota 3.7)	239.593,33	239.593,33			
Imobilizado Próprio em Operação	239.593,33	239.593,33			
Depreciações (nota 3.7.1)	(137.135,64)	(112.911,82)			
Depreciação Imobilizado Próprio	(137.135,64)	(112.911,82)			
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	0,00	0,00			
Ativo Intangível	0,00	0,00			
Total do Ativo	15.042.946,90	9.791.035,06	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	15.042.946,90	9.791.035,06

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais		
Receitas Operacionais com Restrições	2022	2021
(=) Receita Bruta de Serviços	16.942.909,20	17.396.918,41
Secretaria de Saúde do Estado (Nota 4.1)	14.004.010,09	14.470.757,06
Isonção Usufruída (Nota 9.1 a 9.4)	2.826.455,47	2.806.601,82
Trabalhos Voluntários (Nota 10)	2.215,21	1.908,86
Outros Trabalhos Voluntários (Nota 10)	0,00	575,49
Estrutura SPDM	110.228,43	117.075,18
(+) Outras Receitas	24.644,07	60.927,06
Outras Receitas	2.096,98	6.044,62
Descontos Recebidos	590,82	7,18
Financeiras	244,77	0,00
Doações Recebidas (Nota 4.3)	21.711,50	54.875,26
(=) Receita Líquida	16.967.553,27	17.457.845,47
(-) Custos Operacionais	10.677.782,91	11.142.001,77
(-) Pessoal Serviços Próprios	7.494.004,74	7.630.206,78
(-) Serviços de Terceiros	1.124.572,76	1.333.131,87
(-) Medicamentos e Materiais	160.432,87	284.081,96
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	1.797.092,27	1.801.053,15
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)	36.385,10	28.701,66
(-) Isonção Usufruída - PIS (Nota 9.4)	65.295,17	64.826,35
(-) Despesas Operacionais (Nota 4.2)	6.289.770,36	6.315.843,70
(-) Pessoal Serviços Próprios	2.235.803,07	1.923.065,47
(-) Serviços de Terceiros	2.041.784,25	2.077.881,87
(-) Trabalho Voluntário	2.215,21	1.908,86
(-) Outros Trabalhos Voluntários	0,00	575,49
(-) Medicamentos e Materiais	883.262,96	1.224.078,50
(-) Impostos Taxas e Contrib	6.212,61	10.893,81
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	489.627,31	461.281,11
(-) Isonção Usufruída - COFINS (Nota 9.3)	420.120,31	434.122,72
(-) Isonção Usufruída - PIS (Nota 9.4)	17.935,31	16.616,83
(-) Despesas Financeiras	82.580,90	48.343,86
(-) Estrutura SPDM	110.228,43	117.075,18
(=) Superávit/Déficit do Período com Restrições	0,00	0,00
(-) Despesas Operacionais sem Restrições	24.223,82	25.564,93
(-) Depreciação e Amortização	24.223,82	25.564,93
(=) Superávit/Déficit do Período sem Restrições (Nota 5)	24.223,82	25.564,93

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em reais									
DPML	Nota	Patrimônio social	Avaliação Patrimonial	Realização de Avaliação Patrimonial	Transferência recebidas enviadas	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit	Total
Saldo 31/12/2020	-	-	-	-	-	-	177.811,38	(25.564,94)	152.246,44
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	(25.564,94)	-	(25.564,94)
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	25.564,94	25.564,94
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do APP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(25.564,93)	(25.564,93)
Saldo 31/12/2021	-	-	-	-	-	-	152.246,44	(25.564,93)	126.681,51
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	(25.564,93)	-	(25.564,93)
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	25.564,93	25.564,93
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do APP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	5	-	-	-	-	-	-	(24.223,82)	(24.223,82)
Saldo 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	126.681,51	(24.223,82)	102.457,69

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2022 e 2021

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nºs 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando os laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolidada, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. **Característica da unidade Gerenciada:** O Hospital Lacan iniciou suas atividades em março de 2008 como um hospital privado e filantrópico, especializado no atendimento da dependência química (álcool e drogas). Localizado no município de São Bernardo do Campo no estado de São Paulo. Em 2009 foi conveniado pela Secretaria de Estado da Saúde, passando a ser um hospital referência no Programa Recomeço do Governo do Estado de São Paulo, disponibilizando 182 leitos para desintoxicação em dependência química. Em 20/03/2020 foi celebrado um novo convênio nº 963/2020 com vigência até 31/12/2021, no valor global de R\$ 14.630.016,00 (Catorze milhões, seiscentos e trinta mil e dezesseis reais). Em 2021 foi celebrado o primeiro Termo de Aditamento (00001/2021) ao Convênio nº 963/2020 que prorroga a data de vigência para 21/04/2022 e a previsão de repasses dos recursos financeiros no total suplementar de R\$ 10.728.678,40 a serem repassados em parcelas de R\$ 1.072.867,84 mensais destinados ao custeio de folha de pagamento, materiais de consumo e manutenção e prestação de serviços. Em 06/06/2022 foi celebrado um novo convênio nº 121/2022 com vigência até 06/06/2023, no valor global de R\$ 14.630.016,00 (Quatorze milhões, seiscentos e trinta mil e Dezesseis Reais), a ser repassado em parcelas mensais estimadas no valor de R\$ 1.219.168,00 (Um Milhão, Duzentos e Dezenove Mil, Cento e Sessenta e Oito Reais). Em 2022 os valores repassados pela SES totalizam R\$ 12.825.647,36 (Doze milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e trinta e seis centavos), sendo R\$ 4.291.471,36 (Quatro milhões, duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e setenta e um reais) referente ao Termo Aditivo 00001/2021 do Convênio nº 963/2020 e R\$ 8.534.176,00 (Oito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, cento e setenta e seis reais), referente ao convênio nº 121/2022. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **1.1 - Isonção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro de 2021, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, apresentando as seguintes características: A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; A Isonção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elabora suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26),

que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1) e suas alterações referentes a Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas para esse tipo de Entidade. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, são segregadas as informações referentes à Área da Saúde, Área Social e Área Educacional nos termos do artigo 6º da Lei Complementar 187/2021 e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1), sendo que os valores que têm por origem recursos públicos e os recursos próprios. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3):** As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Lacan:** Avenida Jose Odorizzi, 620 - São Bernardo do Campo - SP - CEP: 09810-000 - CNPJ nº 61.699.567/0073-67. **3 - Principais Práticas Contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a norma ITG 2002 (R1) Entidade sem finalidade de lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2022 o montante de R\$ 24.186,88.

Caixa e Equivalentes de Caixa	Saldo em R\$ 31/12/2022	Saldo em R\$ 31/12/2021
Caixa e Saldos em Bancos	142,24	2.395,67
Aplicação Financeira de Curto Prazo	24.044,64	0,00
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	24.186,88	2.395,67

Os recursos financeiros são controlados de acordo com a sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (municipal, estadual ou federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado).

Distribuição dos Recursos Financeiros - Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos	Saldo em R\$ 31.12.2022	Saldo em R\$ 31.12.2021
Convênio nº 00963/2020	0,00	2.395,67
Convênio nº 00121/2022	24.186,88	0,00
Total de Recursos Disponíveis	24.186,88	2.395,67

3.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no princípio de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Dez/22	Dez/21
Superávit/Déficit do exercício/período	(24.223,82)	(25.564,93)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	24.223,82	25.564,93
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(5.380.395,26)	(6.691.536,70)
(Aumento) Redução outros créditos	76.036,71	(27.838,57)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(1.352,96)	4.222,12
(Aumento) Redução em estoques	51.359,34	13.444,29
Aumento (Redução) em fornecedores	334.192,18	406.076,48
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	4.107.344,71	982.567,36
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	834.606,49	5.143.593,17
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	0,00	(171.271,85)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	21.791,21	(171.271,85)
Saldo inicial de Caixa e equivalente	2.395,67	173.667,52
Saldo final de Caixa e equivalente	24.186,88	2.395,67

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais

	Dez/22	Dez/21
1 - Receitas	16.966.717,68	17.457.838,29
1.1) Prestação de serviços	14.116.453,73	14.590.316,59
1.2) Outras Receitas	23.808,48	60.919,88
1.3) Isonção usufruída sobre contribuições	2.826.455,47	2.806.601,82
1.4) (-) Provisão Créditos Liquidação Duvidosa/Receitas anuladas e	0,00	0,00
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	3.407.929,46	4.262.336,54

continuação R\$ 237.108,04, somado ao déficit operacional apurado no período de Janeiro/2020 a Maio/2022, o montante de R\$ 8.414.427,96, totaliza-se um resultado deficitário acumulado em 31.12.2022 no montante de R\$ 8.651.536,00, que a instituição pretende recuperar até o encerramento do instrumento de convênio (vigente) ou quando ocorrer a renovação do Plano de Trabalho acordado com o órgão concedente. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de imóveis e veículos. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, o saldo em 31.12.2022 é de R\$ 5.398,28. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equi-

pamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2022 é de R\$ 138.260,77.

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2022	31.12.2021
Materiais utilizados no setor de Nutrição	65.866,62	71.929,31
Materiais utilizados no setor de Farmácia	43.080,31	84.869,36
Materiais de Almoarifado	29.112,24	32.734,47
Materiais de Terceiros	201,60	94,69
Total	138.260,77	189.627,83

3.7 - Imobilizado - Bens Próprios: O imobilizado do Hospital Lacan é composto por bens próprios, recebido em doação pela antiga gestão, a qual como proprietária legítima dos equipamentos médico-hospitalares, dos mobiliários e de um veículo, relacionados em instrumento particular próprio, os concedeu em doação a **SPDM Associação Paulista da Medicina** para utilização nas operações da unidade **Hospital Lacan**, estes foram contabilizados pelo custo contábil, ou seja, o valor de aquisição menos a depreciação acumulada, a partir do recebimento as quotas de depreciação são calculadas pelo método linear. O saldo em 31/12/2022 representa o total de R\$ 239.593,33 e estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Bens Próprios em 2022

Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Transferência	Posição em 31/12/2022
Aparelhos, Equipamentos, Utensílios, Médico Odontológico Laboratório	215.705,89	0,00	0,00	215.705,89
Equipamentos Processamento de Dados	4.934,21	0,00	0,00	4.934,21
Mobiliário em Geral	4.964,20	0,00	0,00	4.964,20
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	2.682,45	0,00	0,00	2.682,45
Veículos de Tração Mecânica	11.117,00	0,00	0,00	11.117,00
Instalações/Rede de Gases Medicinais	189,58	0,00	0,00	189,58
Ativo Imobilizado - Bens próprios	239.593,33	0,00	0,00	239.593,33

3.7.1 - Depreciação dos Bens Próprios: A instituição efetua a depreciação dos bens através do método linear, utilizando as taxas anuais divulgadas oficialmente de modo a demonstrar o valor residual.

Demonstrativo da movimentação da Depreciação de Bens Próprios em 2022

Descrição	Posição em 31/12/2021	Ajuste Vida Útil	Transferência Baixa	Posição em 31/12/2022	Taxas anuais médias %
Aparelhos, Equipamentos, Utensílios, Médico Odontológico Laboratório	(95.269,69)	(21.570,48)	0,00	(116.840,17)	10
Equipamentos Processamento de Dados	(4.359,37)	(574,84)	0,00	(4.934,21)	20
Mobiliário em Geral	(2.192,33)	(496,32)	0,00	(2.688,65)	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(1.184,72)	(268,20)	0,00	(1.452,92)	10
Veículos de Tração Mecânica	(9.821,98)	(1.295,02)	0,00	(11.117,00)	10
Instalações/Rede de Gases Medicinais	(83,73)	(18,96)	0,00	(102,69)	10
Depreciação Acumulada	(112.911,82)	(24.223,82)	0,00	(137.135,64)	-

3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 60 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica etc. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.12 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.13 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT, além de INSS e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.14 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de INSS, ISS, IRRF e PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o montante a pagar, em 2022 representam R\$ 20.673,79. **3.15 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.16 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante):** De acordo com a norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) - Entidade sem finalidade de lucros Itens 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31/12/2022 representa R\$ 6.293.898,17. **3.17 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.18 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2022, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" devem ser devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 424.258,16. Com relação as Contingências Cíveis, para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou em R\$ 12.241.680,00 e para as Contingências Tributárias, cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou em R\$ 3.199,87.

SPDM - HOSPITAL LACAN			
Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	-	-	-
Possível	424.258,16	12.241.680,00	3.199,87
Remota	-	-	-
Total	424.258,16	12.241.680,00	3.199,87

4 - Origens e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo

princípio de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo princípio de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamental, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos s/Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 15.540,64. **4.2 - Dos Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2022 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 21.711,50, doações estas que são pertinentes a mercadorias de estoques. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamental na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0073-67	Natureza e Tipo de Verba	Valor Global (R\$)
Origem dos Recursos		
Convênio nº 963/2020		
Termo Aditivo 00001/2021	Custeio - Verba Estadual	4.291.471,36
Convênio nº 121/2022	Custeio - Verba Estadual	8.534.176,00
Total		12.825.647,36

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em decorrência das particularidades do contrato firmado entre SPDM e SES/SP, e considerando que a instituição recebeu a doação de bens permanentes da antiga gestão, os valores contidos no Patrimônio Líquido representam a entrada em questão menos os déficits ocasionados pela despesa com depreciação de bens próprios nos exercícios de 2018 a 2022, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 12.825.647,36, acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 40.184,71; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 14.163.106,41; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ 1.297.274,34. **6.1 Nota de Ênfase ao Resultado:** A unidade gerenciada manteve esforços para encerrar o exercício de 2022 com um bom resultado operacional, mas o déficit foi inevitável devido a celebração

do novo convênio ter ocorrido apenas em junho/2022, deixando o período de Maio/2022 ausente de repasse. **7 - Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (**Artigo 7º**): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (**Artigo 9º**): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênera com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (**§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo**), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (**Artigo 10º**): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. O Hospital Lacan apresentou em 2022 a seguinte produção:

Produção - 2022		SUS
Linha de Atendimento		
Internações		558
Saída hospitalar - total		575
Paciente - dia - total		31.352

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Convênio - 2022					
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta	Resul- Meta	Meta	Resul- Meta	Meta	Resul- Meta
Taxa de ocupação	85%	67%	85%	71%	85%	69%
Satisfação do Cliente	90%	90%	90%	90%	90%	90%

Relatório de Execução Orçamentária - 2022

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse Contrato de Gestão/Convênio	12.825.647,36	0,00
Receitas Financeiras	15.540,61	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00
Total de Receitas	12.841.187,97	0,00
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	9.806.067,71	0,00
Serviços de Terceiros	2.792.923,21	0,00
Materiais e Medicamentos	746.469,41	0,00
Outras Despesas	179.991,34	0,00
Total de Despesas	13.525.451,67	0,00

9 - Contribuições Sociais: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outras Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). O montante de R\$ 2.826.455,47 (Dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos). **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ano exercício de 2022, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica o montante de R\$ 2.286.719,58. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2022 atingiu um montante de R\$ 36.385,10. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de R\$ 420.120,31. **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fogap):** A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2022 R\$ 83.230,48 (Oitenta e três mil, duzentos e trinta reais e quarenta e oito centavos). Em 2021, R\$ 81.443,18 (Oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais e dezoto centavos). **10 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2022 o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM **Dr. Gustavo Machado Barros** - Diretor Técnico **Adriana Araujo de Almeida** - Contadora - CRC 1SP 264442/O-1

Relatório dos Auditores Independentes
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital LACAN) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio

líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício

findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios

...continuação

éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 31 de março de 2023. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.**